

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

### **Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

O Mosteiro de Odivelas, mandado construir no século XIII pelo Rei D. Dinis e onde este está sepultado, é monumento nacional desde 1910 e tem um dos maiores repositórios azulejares do país.

Destaca-se o grande painel exterior da Galeria Porticada do Mosteiro que é constituído por azulejos policromos (branco, azul e amarelo), que se caracteriza por um padrão rico, como destacam diversos historiadores.

Acontece que nos últimos dias do ano, desapareceram 164 destes preciosos azulejos, que datam do século XVII, e que foram ilicitamente removidos do painel referido, o qual permaneceu íntegro no decurso dos últimos séculos.

Tomámos conhecimento que foram furtados azulejos de três espaços diferentes, tendo ocorrido o primeiro furto entre 18 e 19 de Dezembro e depois ocorreram mais dois furtos a 21 e 25 de Dezembro, ou seja os crimes, repetiram-se e esventraram um painel cuja antiguidade, qualidade e quantidade azulejar era única.

A Câmara Municipal de Odivelas que desde sempre tem tido particular preocupação com este Monumento, como o atestam as obras em curso na reabilitação da Abóbada da Igreja e restauro do Túmulo do Rei D.Dinis (em articulação com Direção Geral do Património Cultural ) assim que tomou conhecimento, fez desde logo as participações criminais junto das entidades policiais competentes e deu conhecimento ao Colégio Militar.

Por despacho de 2013 do Ministro da Defesa, José Pedro Aguiar-Branco, , o Instituto de Odivelas encerrou no final do ano letivo de 2014/2015, uma decisão unilateral, contestada por pais, alunos e pela autarquia.

A partir dessa data todo o espaço foi desocupado, permanecendo sob a égide e gestão do Ministério da Defesa.

Foi proposto pelo Ministério da Defesa à autarquia que aceitasse a cedência do espaço sob certas condições, ao que esta aderiu na perspetiva da salvaguarda e preservação do superior

interesse coletivo que manifestamente tal património e a sua preservação encerram.

Desde então que o Ministério da Defesa e o Ministério das Finanças estão a diligenciar no sentido de celebrar com a autarquia a cedência deste relevante Património, sendo que durante todo este período o espaço esteve desocupado, com todas as consequências que o seu esvaziamento e desativação implica.

Esta transferência morosa envolveu alterações legislativas, designadamente a aprovação de um Decreto-Lei que desafetou do domínio público militar os imóveis que estavam em uso pelo Instituto de Odivelas, integrando-os no domínio privado do Estado.

O diploma corrigiu a integração destes imóveis no domínio privado do Estado, determinando que, não obstante a sua desafetação do domínio público militar, os imóveis PM01/Odivelas - classificado como monumento nacional, integrando o domínio público cultural - e PM07/Cascais - implantado na margem do Rio Tejo, integrando o domínio público marítimo - se mantêm no domínio público do Estado.

Foi ainda necessária a aprovação e competente Visto do Tribunal de Contas que somente ocorreu em Dezembro de 2018 , estando só agora previsto para janeiro de 2019 a transferência deste vasto equipamento para a esfera do poder local.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea d) do artigo 156º da Constituição da República Portuguesa, e da alínea d) do nº 1 do artigo 4º do Regimento da Assembleia da República, vêm os signatários, através de V. **Exa, perguntar ao Senhor Ministro da Administração Interna o seguinte:**

- 1. Que Plano e Medidas de segurança foram garantidas para o interior e exterior do imóvel desde 2015, data da sua desocupação?**
- 2. Que articulação foi efetuada entre o Ministério da Defesa e o Ministério da Administração Interna visando a vigilância e segurança do Espaço Exterior, considerando a riqueza do Painel de Azulejos que integra a galeria Porticada?**
- 3. Que diligências foram efetuadas pela PSP assim que se tomou conhecimento do primeiro furto de azulejos e que entidades policiais e judiciárias foram envolvidas?**
- 4. Foi reforçada a vigilância do Largo D Dinis e as Arcadas do Mosteiro? De que modo foi assegurado esse reforço e com que meios?**
- 5. Em caso positivo, como se explica a repetição dos furtos?**
- 6. Que medidas serão adotadas pelo Ministério da Administração Interna visando a recuperação deste espólio secular único ?**

Palácio de São Bento, 8 de janeiro de 2019

Deputado(a)s

SUSANA AMADOR(PS)

DIOGO LEÃO(PS)

EDITE ESTRELA(PS)

Deputado(a)s

JOAQUIM RAPOSO(PS)

PEDRO DELGADO ALVES(PS)

WANDA GUIMARÃES(PS)